LEFEBVRE, Henri. "Qu'est-ce que le passé historique?".
Les Temps Modernes. Paris, nº 161, juil. 1959.

"O que é o Passado Histórico?"

Tradução de Marilena Vizentin[(*)]

I

A obra de Soboul[1] inicia-se com a vitória dos Montanheses sobre os Girondinos, vitória política pacífica, ainda que ganha com o apoio do povo armado de Paris: "Em 2 de junho de 1793, a Montanha apoderava-se do poder constrangendo a Convenção pela ameaça dos *sans-culottes* parisienses. Ela não compreendia, no entanto, que ela deveria deixar o poder...". Desde o início de seu estudo, Soboul delimita o problema a ser analisado: o conflito, inicialmente oculto, e depois apurado do governo revolucionário e das massas que o haviam levado ao poder; conflito que vai utilizar, por sua vez, o ímpeto revolucionário dessas massas e a autoridade desse poder. Daí os acontecimentos do Termidor.

O autor restringe voluntariamente o objeto de seu estudo. Ele deixa obscuros ou coloca de lado outros aspectos desse período agitado, em particular, o objeto do litígio recente entre J.-P. Sartre e D. Guérin, a saber, a política exterior da Revolução[2]. Soboul contenta-se (mas é uma limitação desejada, metodológica) em estudar a força social *determinante* dentro do processo revolucionário, as Seções parisienses. Os historiadores, diz ele, conhecem bem este período em termos de Estado, das instituições, dos dirigentes, mas superficialmente; ele, Soboul, caminhando na via aberta por Georges Lefebvre, mas indo mais longe do que este, busca conhecer o "povo parisiense em suas assembléias gerais e suas sociedades secionadas" (p. 17). Pode-se, pois, afirmar que, à história "factual" da Revolução, à história dos homens e das idéias, das instituições

[(*)] Marilena Vizentin é mestre em História Econômica pela FFLCH-USP e desde 2002 atua como Editora Assistente da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). E-mail: vizentin@usp.com

[1] Albert Soboul, *Les sans-culottes parisiens en l'an II.* Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire. 2 juin 1793 - 9 Thermidor an II, Paris, Librairie Clavreuil, 1958.

[2] J.-P. Sartre, "Question de méthode", *T. M.*, set. 1957, p. 362. Cf. também D. Guérin, "Jeunesse du socialisme libertaire", Paris, Marcel Rivière & Cie., 1959, pp. 149 e 175.

e também à história econômica (Mathiez, Labrousse), A. Soboul acrescenta uma história das forças sociais, posto que sociológica em suas preocupações fundamentais.

Sua pesquisa desce até o detalhe, de uma maneira às vezes surpreendente: até às biografias dos indivíduos que desempenham um papel ainda que restrito e local. Apreendemos assim a sua origem social, a *composição social* das diferentes Seções de Paris, que esclarecem singularmente seu papel político e são esclarecidas por ele.

Embora Soboul deixe voluntariamente de lado outros problemas, notadamente os problemas políticos gerais da Revolução, ele não separa sua minuciosa pesquisa do movimento do conjunto que procura esclarecer, a saber, *o crescimento, depois a estabilização e a interrupção, e depois o declínio do movimento das massas*.

Com uma gama de informações raramente acessíveis, Soboul mostra como eclodiram – mais rapidamente depois da tomada do poder – as "manifestações" em favor das quais se opuseram as orientações econômicas e as diferentes linhas políticas. Essas "manifestações" eclodiram em função de causas pequenas na aparência, e sempre cotidianas. Assim, desde o fim de junho de 1793, falta sabão em Paris; as lavadeiras pilham, nos portos parisienses, embarcações do produto; as mulheres acusam as autoridades pela falta de gêneros alimentícios, colocando, assim, através de sua intervenção, a questão das subsistências, aquela do controle da partilha e da generalização do "maximum", portanto, da igualdade econômica (ou seja, antes a igualdade diante das dificuldades econômicas). Quando as mulheres se misturam às manifestações, o movimento das massas está em pleno desenvolvimento. Esta intervenção das mulheres – das donas de casa – na democracia política, visando espontaneamente a interferir no sentido de uma democracia direta e de uma democracia social, Soboul lhe reconhece a importância. Ele a segue de perto, e não desdenha o estudo minucioso das pequenas "turbas" porque elas refletem a "profundidade da crise social" (cf. p. 61 e ss.), porque elas colocam em pauta a base da sociedade e não apenas as superestruturas políticas e ideológicas. Ele transforma, assim, a "visão" profética, mas incompleta, de Michelet, que se satisfazia com uma narrativa épica dos combates da Paris revolucionária.

Está claro que, em 1793, as massas populares, em Paris, não queriam mais, e não podiam mais, viver como outrora. O que caracteriza (depois de Lenine) um período profundamente revolucionário. Soboul mostra a retomada do processo iniciado em 1789 e concentrado no

girondismo. As massas, pela sua pressão, agravam a crise e isto estimula o seu arrebatamento. Elas pressionam de acordo com o seu senso, comandadas pelas exigências de uma vida cotidiana que se tornou intolerável; elas querem o uso da autoridade estatal no sentido de seus interesses, até o controle absoluto (em caso de necessidade, por meio de seus delegados diretos) da distribuição dos produtos e mesmo da produção. Os homens no poder – no masculino – querem utilizar este poder em um outro sentido. Eles têm outras perspectivas, e também outras responsabilidades, em particular aquelas da defesa nacional, da guerra e de sua conduta. A democracia política que eles aceitam empreender, tanto quanto possível, dentro do sentido de igualdade (política), é-lhes suficiente, visto que esta democracia se transforma, por meio dos atos de seus agentes, em poder de Estado centralizado, ditatorial, suspendendo, com toda a legalidade, as exigências dos indivíduos e da liberdade individual. O conflito era – objetivamente – inevitável. Muito cedo o desacordo aparece entre a terminologia dos dirigentes, que falam em "patriotismo", e a das massas, que falam cada vez mais em "subsistências". Em função de seus limites internos e de sua própria essência, a revolução jacobina (democrática burguesa) era incapaz de resolver esta contradição. Apenas uma outra revolução, qualitativamente distinta, embora não separada desta última por uma "muralha da China", devia, cento e trinta anos mais tarde, tentar pressionar, até o fim, a democracia em todos os domínios, realizando, por sua vez, a democracia política, a democracia econômica, a democracia social (socialista).

Em 1793, desde o mês de julho, o líder das massas, Jacques Roux, foi politicamente abatido. Este fato anuncia uma seqüência, mas ninguém, em julho de 1793, apercebeu-se desta continuação. O texto de Soboul, nesse sentido, tem o interesse de uma grande narração romanesca: o destino se forma, se anuncia, se pressagia, e ninguém, entre atores e personagens, o sabia; aquele que sabe – o historiador – sabe também mostrar a incerteza, a ignorância, a inconsciência. Note-se que, em julho de 1793, Hébert e Marat contribuíram com a operação dirigida contra Jacques Roux; agora, a popularidade do líder que eles eliminaram, ou melhor, a *pressão das massas*, vai levá-los mais longe, muito longe...

Soboul conta de maneira impressionante como, neste período, se fazia a política. Aqueles que o povo nomeia como já sendo os "homens de Estado", inventam ou aperfeiçoam consideravelmente os procedimentos da política moderna; eles manipulam as massas, servem-se delas, captam suas energias para as inflamar, rechaçar ou destruir. Os jacobinos, esses grandes

revolucionários (burgueses) apresentam e utilizam todos os meios: o aparelho de informação, os jornais e a mídia falada, os delatores e os policiais – a confusão provocada ou mantida – a calúnia (cf. p. 739, Hébert atacado como "patriota inglês"). Sem interrupção – e sem escrúpulo – manobra-se. Os moderados, por exemplo, preparam as Seções contra a Comuna e a Montanha servindo-se da miséria; depois, fingindo agir para resolver o problema do abastecimento, o governo dissolve (por alto) a Comissão das Subsistências designada por essas mesmas Seções, expressão da democracia direta e do esforço para estender a democracia sobre o plano econômico e social. A liberdade econômica carrega, pois, o contrário daquilo que sonhavam os Secionários! A manobra é concluída pela vitória da tendência dominante, economicamente a mais forte, por meio das flutuações provocadas pelo jogo demagógico e pelo confronto das correntes contradições de opiniões e de ação (cf. p. 135 e ss.).

Outro exemplo. Assim que o governo revolucionário jacobino derruba a oposição extremista (direitista), que procurou apelar às massas, realiza um belo *amálgama*; ele acrescenta à fornada dos "hebertistas" um notável contigente de moderados (cf. p. 779 e ss.).

Nesse sentido, o livro de Soboul tem um alcance imenso, que ultrapassa talvez as intenções de seu autor. Muito melhor do que nas obras anteriores sobre a Revolução, o leitor pode nela seguir o nascimento da política moderna, em sua ignomínia e sua grandeza trágica (até os carrascos se tornam vítimas). Este volume corre o risco de se tornar um "breviário" – malgrado sua espessura, pessoas muito diferentes entre si a ela se dirigirão para nela aprender a política –, a outros servirá para alimentar o horror pela política, as mistificações e os logros, mesmo quando são eficientes na história...

Em resumo, depois de Soboul, durante muitos meses se instaurou, em 1793, uma *dualidade de poderes*. Há, de um lado, o poder popular das sociedades secionárias e dos Comitês, e, de outro, um governo oriundo deste movimento popular, mas que busca dele se libertar, daí a existência de um terrível e complexo jogo político. O governo jacobino está apoiado sobre uma base social à qual ele não pode senão enganar. Uma *oposição de direita* e uma *oposição de esquerda* se constituem, ou, mais exatamente, se consolidam. Elas se combatem e se confundem. Uma, a oposição de direita, tira o governo do atraso no sentido dos interesses dos que possuem (burgueses). A outra oposição, a da esquerda – sem chegar até as reinvidicações socialistas – anacronismo a respeito do qual Soboul se cala –, procura ultrapassar o governo jacobino e o

conduzir, politicamente, para além da república igualitária. O governo ataca os dois lados; segue-se uma nova crise que se resolverá pela queda de Robespierre, parcialmente abandonado pelas massas. A crise política não se separa de uma crise econômica, ao longo da qual começam a se colocar os problemas que bem conhecemos; em 1793-1794, esses problemas não se colocam nos mesmos termos que na metade do século XX, isto acontecerá apenas em função da composição social dos *sans-culottes*, as Seções agregam pequenos comerciantes e artesãos, ao lado de um grande número de assalariados.

O que representa, pois, a Montanha jacobina e robespierrista? A ala mercadora de uma burguesia que se constitui como classe dirigente através dos acontecimentos revolucionários; que busca, por aproximações sucessivas (e sangrentas!), sua política, suas perspectivas, suas instituições, suas ideologias. Esta ala mercadora, pequeno-burguesa pelo seu recrutamento, ligada aos elementos avançados, popular, ela mesma, ao menos em sua origem, aceita uma democracia política avançada, mas dentro dos limites da democracia política (burguesa). Ela não vê nenhum incoveniente em exercer um poder ditatorial sem a presença da ideologia da Liberdade e da democracia, em nome da Nação. Ela quer, antes de tudo, ganhar a guerra, e se desembaraça de Robespierre a partir do momento em que ele se torna vitorioso e porque ele é vitorioso. Robespierre representa uma política de classe, aquela da parte audaciosa da burguesia. E é por isso que a Montanha tem por objetivo político utilizar as forças populares fazendo uso delas – canalizando as energias e absorvendo-as –, para refrear o movimento sem restabelecer os Girondinos no poder – e tranqüilizar os Notáveis, sobretudo os novos-ricos, sem interromper a sublevação das massas. Essas contradições conduzem Robespierre e Saint-Just ao cadafalso.

II

Havíamos voluntariamente sublinhado anteriormente (com muito mais insistência) as expressões e fórmulas que têm um sentido muito moderno. Algumas são diretamente emprestadas de Lenine, tal como a "dualidade de poderes".

Não há quase, com efeito, no livro de Soboul, páginas que não fazem um leitor atento à vida política do século XX recordar. Esta interferência do passado e do presente multiplica o interesse da leitura, visto que, a cada instante, causa espanto a exatidão do recorte, e a

constatação de como a minúcia do historiador coaduna-se com sua referência *implícita* a uma experiência política moderna.

Muito inteligentemente, e compondo, por instinto, seu livro, como um hábil romancista (no momento em que ele ainda não se sobressaiu e se preocupa antes de tudo com a documentação precisa) Soboul não revela, de início, na introdução de sua obra, seu verdadeiro pensamento. Ao final, porque ele apresentou seus argumentos e suas provas, ele diz tudo (ou quase tudo). Cada historiador da Revolução contribui com alguma coisa – um conjunto de fatos ou um novo esclarecimento sobre os fatos – em função de seu tempo, de sua experiência. Os historiadores da Restauração, nos quais Taine se inspirou, constataram a luta de classes, aquela da burguesia contra os senhores feudais; eles assistiram aos seus últimos combates, eles fizeram o balanço e pensam em seguir o trajeto histórico remontando a autores muito distantes (Augustin Thierry). Com o movimento socialista, a Revolução aparecia sob uma nova luz: explosão antipatriota, movimento precursor e anunciador, intimamente ligado por alguns à nova revolução; separado, ao contrário, por outros, da revolução proletária, por uma radical descontinuidade. Assim que os conhecimentos econômicos se difundiram, a história econômica da Revolução passa para o primeiro plano; e assim por diante.

Qual é, depois dele mesmo, a contribuição de Soboul? Ele a resume da página 1025 à página 1035 de seu livro. Ele condensou em algumas linhas suas conclusões sobre as contradições internas (econômicas, sociais, ideológicas e políticas) dos *sans-culottes*, que não se constituem nem como uma classe, nem como um partido de classe, mas como uma coligação. Ele mostrou como estouraram essas contradições, e como elas não são as únicas em questão: "A degenerescência do movimento popular estava inscrita na marcha dialética da história" (p. 1031). Por quê? Primeiramente por uma "razão de ordem biológica". Mal nutridos, constantemente alertas, os militantes não podiam evitar a fadiga psicológica e o esgotamento nervoso. "Cinco anos de lutas revolucionárias desgastaram o pessoal secionário que compunha o movimento popular. Com essa lassidão... os militantes da base, sempre em atividade, não podiam fugir". Quanto ao mais,

> o fim da guerra civil, a interrupção da invasão, a vitória, enfim, faziam com que a tensão parecesse supérflua... O povo aspirava a gozar o fruto de seus esforços... A vitória,

> enfim, certa, era sinônimo de abundância, ao menos do reabastecimento mais fácil, do pão cotidiano assegurado. A vitória desmobilizava o movimento popular.

Segunda razão: os homens mais jovens, os mais ativos, os mais entusiastas das Seções partiram para a guerra. Em função dos alistamentos, o movimento popular é atingido pelo envelhecimento: "supõem-se as conseqüências irremediáveis sobre o entusiasmo revolucionário e o ardor combativo das massas parisienses".

Não acabou. "Pelo efeito dialético do sucesso popular, enfim, os *sans-culottes* viam os seus planos se desfazeram." Eles ingressaram no aparelho de Estado, na burocracia.

> Muitos militantes das Seções, mesmo não sendo motivados pela ambição tão-somente, consideravam a obtenção de um lugar como a recompensa de sua atividade militante. A solidez do movimento popular dava-se então, a este preço; a satisfação dos interesses pessoais coincidia aqui com as necessidades de depuração. Mas, da mesma forma, do sucesso nasce um novo conformismo (p. 1033).

O leitor poderá deleitar-se: "da mesma forma", a única ingerência sensível de uma subjetividade, aquela de Albert Soboul, indivíduo, no movimento objetivo estudado por Albert Soboul, historiador. É certo que essas três pequenas palavras dizem muito. São suficientes. Elas acentuam o significado das linhas que seguem:

> ao mesmo tempo em que a democracia se debilita no seio das Seções, o processo de burocratização acarretava gradualmente a paralisia do espírito crítico e da atividade das massas. O resultado, enfim, era uma flexibilidade do controle popular sobre o aparelho do governo revolucionário no qual as tendências autoritárias se reforçavam... (p. 1034).

Não se poderia melhor dizer que um movimento político de massas, portanto eficiente, tem condições múltiplas (incluindo aí as condições psicológicas, morais, ideológicas etc.). Ele constitui uma *conjuntura*; não existe nada de permanente e não está ligado aos caracteres "estruturais" de tal ou tal classe, ao menos não de um lugar imediato e estável. E é assim que este movimento entra na história e é uma história. O tempo desempenha um papel em primeiro plano.

Neste quadro dramático de desenvolvimento e de declínio, de crescimento e de esgotamento, quem não reconhecerá determinados traços do movimento proletário nos últimos quarenta anos, unidos pela lassidão, o envelhecimento, a esclerose burocrática, o conformismo e a passagem de seus cargos dentro dos aparelhos estatais?

III

Mas então, a questão metodológica se coloca de maneira nova, e com intensidade. Em última instância, é a "subjetividade" do historiador que a define, mesmo se ela se esconde, mesmo e sobretudo se ela se dissimula sob a erudição? O historiador trapaceia quando acumula os documentos? A obra de Soboul, restituída em seu contexto – o conjunto das obras recentes sobre a Revolução – carregará enfim a aprovação, não desprovida de interesse, desta trapaça?

Ou a história se depreciará, enfim, como um gênero literário, o interesse de cada obra consistindo em um agrupamento de textos e documentos, em sua composição, em sua escrita e estilo?

Ou ainda é preciso aceitar o relativismo absoluto, a tese segundo a qual existem sempre novos esclarecimentos e novos pontos de vista (sobre o passado como sobre o presente), estes esclarecimentos e estes pontos de vista equivalendo-se, de tal sorte que as discussões e polêmicas se reduzem a jogos quase supérfluos? A historicidade definida e definitiva, estancada e congelada, aquela do dogmatismo, se substituía assim por uma historicidade indefinida, mutante, inesgotável mas fluida, os historiadores e as épocas originando-se pela projeção de si sobre o passado e pela interpretação do passado em função de si?

Ou, melhor ainda (mas será esta a última hipótese? nada o prova!), será necessário remontar ao pensamento de Raymond Aron? Para ele, o vir-a-ser real não é imediatamente inteligível; apenas o historiador dá forma aos conjuntos de idéias e aos conjuntos sociais; a *totalidade* não se atinge a não ser por meio de uma "pluralidade de compreensões", daí uma pluralidade de historiadores independentes e de sistemas de interpretação. O historiador e "o estudo histórico" diferem, mas fazem parte de um mesmo todo. O historiador coloca, assim, a história "em perspectiva", a pluralidade das interpretações compreendendo a pluralidade das perspectivas. O que autoriza, segundo notação de Daniel Guérin, até os anacronismos[3]. Para o relativismo histórico limitado de Raymond Aron, a história passará necessariamente através de

[3] R. Aron, *Introduction à la philosophie de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1938, p. 146, 147, 151 e 134; Guérin, *op. cit.*, p. 140.

uma filosofia, e uma filosofia da história: "Filosofia e história, filosofia da história e filosofia total são inseparáveis"[4]

Ora, a obra de Soboul sugere uma outra hipótese, formulável em dois tempos:

a) A Revolução Francesa foi um fenômeno total, resultado de um processo social total, ou seja, econômico, sociológico, ideológico, histórico etc. Este fenômeno total, em si mesmo, apresenta-se *inesgotável*. Em conseqüência, aspectos novos revelam-se, apresentam-se, e não são apenas aspectos "históricos" em seu sentido estreito do termo; estes aspectos que se apresentam são também econômicos, sociológicos, ideológicos, sem que nenhum dentre eles possa receber um privilégio casual absoluto. As obras dos historiadores sucessivos não são, pois, incompatíveis; além disso, elas não carregam apenas esclarecimentos, interpretações, perspectivas. Elas trazem à luz do dia *conteúdos*, até então escondidos, mascarados, despercebidos em sua grandeza explosiva do fenômeno total.

b) A Revolução Francesa tornou *possível* um certo número de acontecimentos, no decorrer de um "processo" no qual ela foi, seja a origem, seja um elemento decisivo. Cada vez que uma de suas virtualidades se realiza, ela projeta *retroativamente* uma luz sobre o acontecimento inicial. Assim, o acontecimento revolucionário, embora total, não revela apenas a história dita "factual", mas uma historicidade mais profunda, que se revela pouco a pouco com a realização dos possíveis e o acontecimento de novos possíveis, no decorrer desta realização mesma. Levando em consideração sua experiência em analisar o passado, os historiadores teriam, desta forma, profundamente razão. Eles não projetariam ilusoriamente o presente sobre o passado; eles não elaborariam, cada qual a seu turno, uma filosofia da história. Porque é necessário não confundir a introdução do conceito de *possível* com uma interpretação filosófica de história; este conceito, filosófico de origem, introduz-se em todos os domínios e não é mais especificamente filosófico; ele tem um caráter metodológico muito geral; desde então, não se trata de um acréscimo vindo de fora da metodologia da história, mas de uma ausência e de uma lacuna a ser preenchida.

Chegamos também a precisar um relativismo objetivo, onde se quer uma teoria da objetividade aprofundada não exclusiva de um relativismo. *O passado se torna (ou se torna*

[4] *Idem, p.344.*

novamente) presente em função da realização das possibilidades implicadas objetivamente no passado. Ele se revela com eles.

A introdução da categoria do *Possível* na metodologia histórica permitiria, pois, a concepção de uma objetividade que faz sua parte em relação ao relativismo, ao movimento da história, a uma inesgotabilidade, sem, no entanto, cair no puro relativismo. Ela restituiria a obra e a pessoa da história no movimento da história, sem cair no subjetivismo.

Se é assim, o anacronismo não saberia nem se recomendar, nem se tolerar. Ele constituirá muito mais o "grande risco" que deve aceitar a pesquisa, mas que ela, por sua vez, elimina imediatamente, pela precisão do documento, pelo recorte dos testemunhos e das fontes. As controvérsias (por exemplo, aquela que opõe Daniel Guérin aos outros historiadores atuais da Revolução e, notadamente, a Soboul) não carecem de utilidade: elas tendem a eliminar os anacronismos.

Se é assim, a história da Revolução não termina com a obra de Soboul, não mais do que aquelas de Daniel Guérin, de Ernest Labrousse, de Georges Lefebvre. A leitura de Soboul sugere novas pesquisas. Pode-se perguntar, por exemplo, o que se passava exatamente entre os "novos-ricos" e os enriquecidos da Revolução, como eles viviam enquanto os militantes corriam para os locais das Seções, como eles se preparavam para o poder e para o gozo.